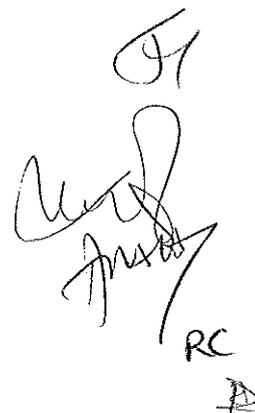


REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA BATALHA

Reunião sectorial

ACTA



Aos vinte e um dias do mês de Janeiro de 2009 reuniram nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro as entidades indicadas com as seguintes presenças:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), Eng.^a Alice Azenha e Eng.^a Maria Francelina Fino;
- Câmara Municipal da Batalha (CM), Sr. Presidente António Lucas, Eng.^a Fernanda Guapo, Dr.^a Rita Carmona e Arq. Raquel Dias;
- Equipa Plural, Arq. Filipa Dinis.

- CCDRC - Deu início à reunião contextualizando o objectivo da mesma. Trata-se de uma reunião sectorial, de trabalho, com o objectivo de se fazer uma avaliação da proposta dos perímetros urbanos apresentada pela Câmara Municipal na sequência das anteriores reuniões sectoriais que decorreram no dia 5 de Dezembro com a Direcção Regional de Agricultura do Centro (DRAPC); com a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e com a Direcção Geral de Energia e Geologia.

- CM - O Sr. Presidente, na sequência da posição manifestada pela AFN na referida reunião sectorial, alertou para o facto de haver intencionais investimentos no mundo rural que podem ficar comprometidos com a aplicação da legislação relativa ao Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, como por exemplo, equipamentos de apoio aos percursos pedestres, campos de tiro, entre outros.

- CCDRC - Em relação à aplicação da legislação recentemente publicada do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, as representantes da CCDRC concordaram que apesar das especificidades dos diferentes concelhos consideraram relevante a necessidade de uniformização de critérios a aplicar pela AFN em cada área de plano sectorial.

A Eng.^a Alice esclareceu que se encontra a decorrer uma reestruturação da AFN que, eventualmente, irá produzir efeitos na uniformização dos critérios de apreciação das propostas de revisão de PDM.

Foi referido ainda pelas representantes da CCDRC que a discussão dos perímetros urbanos tem de ter em consideração o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

WS
RC
R

A Eng.^a Francelina informou ainda que, para além da legislação referente ao Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, foi também recentemente publicado um novo diploma sobre o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, o Decreto-Lei 21/2009, de 19 de Janeiro.

Fez uma abordagem do resultado da apreciação efectuada à proposta apresentada da qual resultou as seguintes constatações:

- Incremento da ocupação urbana ao longo das vias;
- Consequente ligação/junção de aglomerados, com perda de identidade de cada um;
- Incremento da ocupação industrial ao longo do IC2;
- Pressões sobre as linhas de água;
- Excessivo dimensionamento das expansões industriais, sem justificação que o suporte;
- Ausência de hierarquia dos centros urbanos;
- Critério de alargamento dos 15 metros ao longo do traço do actual perímetro tem de ser ponderado, caso a caso, verificando-se a sobreposição com condicionantes;
- Não se percebeu o critério para a marcação das áreas urbanas consolidadas e a consolidar;
- Não se entende a lógica na marcação dos espaços industriais no que se refere à sua articulação com os restantes espaços;
- Mais informou que a análise foi baseada no cruzamento com as condicionantes, nomeadamente com a nova Reserva Ecológica Nacional (REN) delimitada pela CCDRC e com o conhecimento que se tem do território complementado, nalguns casos, com a visita a locais como forma de melhor aferir a proposta;

A Eng.^a Alice referiu que os valores culturais devem apenas ser identificados na Planta de Ordenamento através de simbologia e ser remetidos de forma detalhada para a carta de património arquitectónico e sítios arqueológicos.

A Eng.^a Francelina alertou para o parecer do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P. e da Direcção Geral de Energia e Geologia que, em relação às áreas de expansão, devem ser tidos em devida consideração na reformulação da proposta. Mais alertou para os eventuais conflitos dos perímetros urbanos com áreas percorridas por incêndios;

A Eng.^a Alice informou que a nova comissão nacional da REN irá, num curto prazo de tempo, proceder à definição de critérios, e que até esta definição a proposta será desenvolvida no âmbito do regime transitório. Alertou para a necessidade de se ter de adaptar a actual proposta de REN, pois de acordo com o novo diploma existem novas categorias de área de REN.

Frisou que as desafectações de áreas de REN têm de ser acompanhadas de quadro com as manchas devidamente numeradas, com a indicação da área e das respectivas justificações que não podem ter um carácter avulso, nem muito genérico.

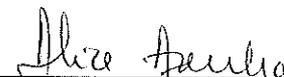
A Eng.^a Francelina informou ainda que de acordo com a regulamentação que está a ser preparada no âmbito do regime jurídico dos PMOT, está prevista a reclassificação de solo urbano para solo rural nos casos em que não haja, por parte dos municípios, a respectiva programação através da inscrição no plano de actividades municipal.

- CM - O Sr. Presidente defendeu que estas propostas devem acompanhar a conjuntura económica actual.

- Após estas considerações prévias passou-se à análise dos perímetros urbanos cujo resultado consta de marcação na respectiva carta de ordenamento preliminar que ficou na posse da Câmara Municipal e da CCDRC.

- Por fim foi acordado como estratégia de prosseguimento da discussão da proposta que a Câmara Municipal iria remeter os elementos referentes à proposta de alteração da RAN a fim de ser discutida numa reunião sectorial com a DRAPC.

Em representação da CCDRC



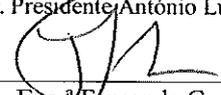
Eng.ª Alice Azenha



Eng.ª Maria Francelina R. Alves Fino

Em representação da Câmara Municipal

Sr. Presidente António Lucas



Eng.ª Fernanda Guapo

RITA CARMONA

Dr.ª Rita Carmona

Arq. Raquel Dias

Em representação da Equipa Plural

Arq. Filipa Dinis